REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ENTRE A CENSURA E O EXÍLIO: REPRESSÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR

BETWEEN CENSORSHIP AND EXILE: POLITICAL REPRESSION AND EDUCATION IN BRAZIL DURING THE MILITARY DICTATORSHIP

Ciências Humanas • 20/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794947694

Stephany Nascimento Santos[1]

Francilino Paulo de Sousa[2]

Jefte Dodth Telles Monteiro[3]

Isnar Júnior Neves da Silva[4]

Hermínio Meneses Carneiro[5]

Michele dos Santos Fonseca[6]

Carlos Daniel Chaves Mourão[7]

Wissiana Bezerra Farias[8]

RESUMO

A ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, provocou profundas mudanças na sociedade e atingiu diferentes setores, entre eles a educação. Nesse período, educadores e intelectuais tiveram suas atividades interrompidas ou limitadas. Este artigo teve como objetivo analisar os impactos da ditadura militar na trajetória de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Maria Nilde Mascellani, considerando as consequências da repressão para suas vidas pessoais, profissionais e intelectuais. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, em que se buscou identificar as diferentes formas de perseguição sofridas pelos educadores e compreender como essas ações interferiram em sua atuação e em seus projetos para a educação brasileira. Constatou-se que a repressão se manifestou por meio de cassações, afastamentos, prisões, exílio, censura e restrições à atuação profissional e intelectual dos educadores analisados. Essas medidas provocaram interrupções em suas atividades, projetos e espaços de atuação, além de dificultarem a circulação de suas ideias e a continuidade de propostas voltadas à renovação da educação brasileira. Concluiu-se que a perseguição aos educadores analisados ultrapassou os limites de suas trajetórias individuais, alcançando também suas práticas, projetos e contribuições para a educação brasileira. Nesse sentido, recuperar essas histórias permite compreender parte dos impactos da ditadura sobre a educação e reforça a importância da preservação da memória histórica como forma de reconhecer as experiências vividas por esses educadores e compreender seus reflexos no desenvolvimento da educação brasileira.

Palavras-chave: Ditadura militar; Educação brasileira; Educadores; Repressão política.

ABSTRACT

The Brazilian military dictatorship, established in 1964, brought about profound changes in society and affected various sectors, including education. During this period, educators and intellectuals had their activities interrupted or restricted. This article aimed to analyze the impacts of the military dictatorship on the lives and careers of Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, and Maria Nilde Mascellani, considering the consequences of political repression for their personal, professional, and intellectual lives. To this end, a qualitative bibliographic and documentary study was conducted to identify the different forms of persecution experienced by these educators and understand how such actions affected their work and their educational projects for Brazil. The findings revealed that repression took the form of political dismissals, forced removals, imprisonment, exile, censorship, and restrictions on the professional and intellectual activities of the educators examined. These measures disrupted their activities, projects, and professional environments, while also hindering the dissemination of their ideas and the continuity of proposals aimed at renewing Brazilian education. It was concluded that the persecution of these educators went beyond their individual experiences, also affecting their practices, projects, and contributions to Brazilian education. In this regard, recovering these stories helps to understand some of the impacts of the dictatorship on education and highlights the importance of preserving historical memory as a means of acknowledging the experiences of these educators and understanding their implications for the development of Brazilian education.

Keywords: Military dictatorship; Brazilian education; Educators; Political repression.

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, representou um período marcado por profundas transformações políticas, sociais e institucionais, caracterizado pela restrição das liberdades democráticas, pela censura, pela perseguição aos opositores do regime e pelo controle das manifestações intelectuais e culturais.

De acordo com Gomes *et al.* (2020), o golpe manifestou a reação dos setores burgueses ao avanço das reformas sociais e das conquistas dos movimentos ligados à classe trabalhadora, provocando um expressivo retrocesso nas lutas sindicais e nas organizações populares. Durante a ditadura militar, intensificaram-se a concentração de renda e as desigualdades sociais, enquanto o Estado estruturava mecanismos de repressão para silenciar manifestações contrárias ao regime. Esse processo também envolveu a restrição das liberdades individuais e coletivas, a cassação de direitos políticos, a perseguição a professores e a intervenção nas universidades (Gomes *et al.*, 2020).

Sobre a educação nesse período, especificamente, ela passou por reformas orientadas pelos princípios da produtividade, da eficiência e da redução de custos, em consonância com o projeto de desenvolvimento econômico e segurança nacional defendido pelos governos militares. Nesse período, houve ampliação do ensino privado e fortalecimento de uma formação voltada às necessidades do mercado de trabalho, enquanto estudantes e professores eram alvo de perseguições e instituições universitárias sofriam intervenções. A educação também foi utilizada como instrumento de disseminação de concepções tecnicistas e pragmáticas, influenciadas pelo modelo norte-americano (Gomes *et al.*, 2020).

Entretanto, diferentes propostas educacionais, contrariando aquelas impostas pelo regime, defendiam a formação crítica dos indivíduos, a democratização do ensino e a participação da sociedade na construção de um país mais justo. Por essa razão, professores, pesquisadores e intelectuais que atuavam em defesa de uma educação comprometida com a transformação social passaram a enfrentar diferentes formas de repressão por parte do Estado.

Entre os educadores atingidos pela repressão política, destacam-se Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Maria Nilde Mascellani, cujas trajetórias foram marcadas por importantes contribuições à educação brasileira. Embora apresentassem experiências, concepções pedagógicas e campos de atuação distintos, esses intelectuais compartilhavam o compromisso com a construção de uma educação capaz de ampliar as oportunidades de aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento social do país. No entanto, com a instalação do regime militar, suas ideias e iniciativas passaram a ser vistas, em diferentes circunstâncias, como ameaças aos interesses políticos dos grupos que estavam no poder, resultando em perseguições, afastamentos institucionais, prisões, interrogatórios, cassações e exílios.

Essas experiências demonstraram que a repressão promovida pela ditadura militar não se limitou à perseguição de lideranças políticas ou de organizações contrárias ao governo. Ela também alcançou o campo educacional, atingindo professores, pesquisadores e profissionais que defendiam diferentes possibilidades de organização da escola e de formação humana. A censura às ideias, o afastamento de profissionais de suas funções, a interrupção de experiências pedagógicas e o exílio de intelectuais produziram consequências que ultrapassaram a dimensão individual,

interferindo também na circulação do conhecimento, no desenvolvimento de pesquisas e na continuidade de projetos voltados à transformação da educação brasileira.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da ditadura militar na trajetória de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Maria Nilde Mascellani, considerando as consequências da repressão política para suas vidas pessoais, profissionais e intelectuais. Busca-se, ainda, identificar as diferentes formas de perseguição sofridas por esses educadores e compreender de que maneira as ações do regime interferiram em sua atuação e na continuidade de seus projetos para a educação brasileira.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de produções acadêmicas, livros, documentos históricos e outros materiais relacionados à ditadura militar e à trajetória dos educadores investigados. A relevância deste estudo está na possibilidade de recuperar e discutir experiências que evidenciam a relação entre autoritarismo, educação e liberdade intelectual na história brasileira. Desse modo, revisitar esse período significa também refletir sobre a importância da liberdade de pensamento, da autonomia docente e da defesa de uma educação pública e democrática.

2. A DITADURA MILITAR E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O golpe civil-militar de 1964 representou uma ruptura com o processo de ampliação da participação política e das mobilizações

populares que se fortaleciam no Brasil no início dos anos 1960. Naquele contexto, diferentes setores da sociedade reivindicavam reformas econômicas e sociais, maior participação política e ampliação dos direitos da população trabalhadora. Entretanto, a instauração do regime militar interrompeu parte dessas iniciativas e estabeleceu uma estrutura de poder sustentada pela repressão, pelo controle político e pela restrição das liberdades democráticas. A consolidação da ditadura ocorreu por meio de instrumentos jurídicos e institucionais que conferiram sustentação às ações autoritárias do Estado. Entre esses mecanismos, destaca-se o Ato Institucional nº 1, de 1964, que permitiu a cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos e a realização de investigações contra pessoas consideradas contrárias ao regime. Posteriormente, o Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 1968, ampliou os poderes repressivos do governo, intensificando as perseguições políticas e as práticas de violência (Priori *et al.*, 2012).

Esse cenário também atingiu diretamente a educação, uma vez que escolas, universidades, estudantes e profissionais da área passaram a conviver com diferentes formas de vigilância e controle. A repressão não se restringia à atuação policial, mas alcançava também a produção e a circulação de ideias, a liberdade de expressão e as manifestações culturais. Fico (2004) explica que o regime desenvolveu diferentes mecanismos de controle, entre eles a censura, a propaganda política e a atuação dos órgãos de informação e segurança. Essas iniciativas estavam relacionadas a um projeto de sociedade que buscava combater ideias consideradas subversivas e difundir determinados valores políticos e comportamentais. No campo educacional, essa orientação contribuiu para limitar a autonomia das instituições e restringir o debate crítico, especialmente nas universidades, onde estudantes e

professores envolvidos em movimentos de oposição estavam sujeitos a perseguições e punições (Fico, 2004).

De acordo com Machado e Araújo (2026), a implantação do regime militar também provocou a interrupção de experiências educacionais populares que vinham ganhando espaço no país. Movimentos como o de Educação de Base e as iniciativas relacionadas à cultura popular foram desarticulados, enquanto seus participantes e apoiadores passaram a enfrentar perseguições, prisões e exílios. Em substituição às propostas que valorizavam a participação social e a democratização do conhecimento, o governo fortaleceu uma orientação educacional vinculada à Doutrina de Segurança Nacional. Essa perspectiva também se manifestou na criação da disciplina Educação Moral e Cívica, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 869/1969, que passou a integrar os diferentes níveis de ensino, inclusive a pós-graduação. A medida expressava a intenção de difundir valores de disciplina, civismo e obediência, aproximando a formação escolar dos princípios defendidos pelo regime.

No ensino superior, as intervenções também se tornaram evidentes. A Reforma Universitária, instituída pela Lei nº 5.540/1968, modificou a organização das universidades em um contexto de forte controle político sobre essas instituições. Conforme Machado e Araújo (2026), a reforma esteve relacionada à preocupação dos militares com a presença de movimentos considerados subversivos no ambiente universitário, servindo de respaldo para intervenções sobre estudantes e profissionais da educação. Dal Ri (2014) acrescenta que, durante o regime, as universidades públicas tiveram sua autonomia restringida por uma legislação centralizadora, que ampliou a dependência administrativa e política em relação ao governo. Nesse

contexto, as instituições foram submetidas a mecanismos de controle que interferiam em suas atividades e limitavam sua participação nas decisões sobre os próprios rumos acadêmicos.

Paralelamente ao controle político e ideológico, a política educacional do período também esteve vinculada aos interesses econômicos e às necessidades de formação de mão de obra. A educação passou a receber maior influência de uma perspectiva tecnicista, que valorizava a eficiência, a produtividade e a preparação dos indivíduos para atender às demandas do mercado de trabalho. Conforme destacam Silva e Valdez (2024), esse direcionamento contribuiu para a expansão de uma formação mais aligeirada e orientada pelas exigências do modelo econômico adotado pelos governos militares. Assim, embora a ampliação do acesso à escolarização representasse uma resposta a determinadas demandas sociais, ela ocorreu em meio a contradições, pois a formação oferecida também reproduzia valores relacionados à disciplina, à adaptação ao sistema produtivo e à meritocracia.

Outro aspecto importante desse período foi o fortalecimento do setor privado, especialmente no ensino superior, por meio de incentivos e políticas governamentais. Dal Ri (2014) observa que as instituições privadas receberam apoio público e ampliaram sua participação na oferta educacional, enquanto a expansão das redes públicas de ensino básico ocorreu em condições que contribuíram para o comprometimento da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos professores. A autora também relaciona esse processo à desestruturação das carreiras docentes, à redução dos salários e à ampliação das contratações temporárias. Cunha (2014), ao analisar o legado da ditadura para a educação brasileira, chama a atenção para a permanência da aproximação entre os interesses do

Estado e do capital na organização do sistema educacional, especialmente no que diz respeito à expansão e à consolidação do setor privado.

Nesse sentido, os efeitos da ditadura sobre a educação não se limitaram ao período em que os militares estiveram no poder. Algumas orientações políticas e econômicas foram mantidas e ganharam novas configurações nos governos posteriores, particularmente com a ampliação das políticas de caráter neoliberal a partir da década de 1990. Dal Ri (2014) e Cunha (2014) permitem compreender que a relação entre Estado, mercado e educação permaneceu como uma questão importante na organização do ensino brasileiro, embora atravessada por mudanças políticas e institucionais. Portanto, analisar esse período exige considerar não apenas as reformas implementadas, mas também suas repercussões sobre a autonomia universitária, a valorização dos profissionais da educação, o financiamento do ensino público e a concepção de educação como direito social.

Recuperar a história da educação durante a ditadura militar significa reconhecer as formas de repressão e controle, mas também as resistências construídas por estudantes, professores e movimentos sociais em defesa de uma educação pública e democrática. Como ressaltam Silva e Valdez (2024), o estudo desse passado é fundamental para preservar a memória histórica e compreender os desafios que ainda atravessam a educação brasileira. A redemocratização, consolidada juridicamente com a Constituição Federal de 1988, representou um marco na recuperação de direitos e na afirmação da autonomia universitária. Entretanto, as contradições e as heranças daquele período demonstram que a democratização da educação é um processo contínuo, que envolve não apenas a

ampliação do acesso, mas também a garantia de condições igualitárias de aprendizagem, liberdade de pensamento e participação social.

3. PAULO FREIRE: A REPRESSÃO ÀS IDEIAS E O EXÍLIO COMO INTERRUPÇÃO DE UM PROJETO EDUCACIONAL

A trajetória de Paulo Freire foi profundamente afetada pelo golpe civil-militar de 1964, principalmente em razão de sua atuação em defesa da educação popular e de uma proposta de alfabetização de adultos fundamentada no diálogo, na participação e na conscientização dos sujeitos. Naquele período, o educador desenvolvia experiências que buscavam ultrapassar o ensino da leitura e da escrita, compreendendo a alfabetização como um processo de formação crítica e de participação na vida social. Essa perspectiva representava uma possibilidade de ampliar o acesso das classes populares ao conhecimento e à compreensão de sua própria realidade, o que contrariava os interesses dos grupos que passaram a controlar o país após o golpe.

Antes da instauração do regime militar, o governo de João Goulart havia favorecido iniciativas voltadas à ampliação da educação popular, especialmente entre os grupos sociais historicamente afastados da escolarização. Nesse cenário, a proposta de Paulo Freire ganhou destaque por defender uma alfabetização construída de maneira democrática e participativa. Entretanto, com a chegada dos militares ao poder, essas experiências foram interrompidas, uma vez que a formação crítica das camadas populares passou a ser interpretada como uma ameaça à ordem política estabelecida. A prisão e o exílio de Freire demonstram como sua proposta educacional despertava preocupação entre os responsáveis pelo

golpe, sobretudo por sua defesa de uma sociedade mais democrática (Silva; Valdez, 2024).

As consequências dessa perseguição apareceram rapidamente. Em junho de 1964, Paulo Freire foi preso em razão de seu envolvimento com iniciativas de educação popular, especialmente pelo trabalho desenvolvido em Angicos, no Rio Grande do Norte, e por sua participação no Plano Nacional de Alfabetização (PNA). De acordo com Sene (2025), um documento da época justificava sua detenção pela suposta prática de subversão nos meios intelectual e estudantil, relacionando essa acusação ao seu método de alfabetização. A justificativa evidencia a maneira como o regime interpretava suas atividades educativas, atribuindo caráter político e ameaçador a uma proposta que buscava ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação social dos adultos.

A prisão ocorreu em 16 de junho de 1964, quando Freire estava em casa, juntamente com sua família, comemorando o aniversário de sua companheira, Elza. Segundo as lembranças recuperadas pelo educador em diálogo com Sérgio Guimarães, aquele momento representou uma ruptura inesperada em sua vida pessoal e profissional. Além de coordenar o Plano Nacional de Alfabetização, Freire também exercia a função de diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e trabalhava na elaboração de uma obra que posteriormente seria publicada com o título *Educação como prática da liberdade*. Sua prisão não significou apenas a privação da liberdade física, mas também a interrupção de atividades, projetos e ideias que estavam em desenvolvimento. O educador permaneceu preso por mais de setenta dias, submetido a uma situação que marcou profundamente sua experiência durante os primeiros meses da ditadura (Sene, 2025).

A perseguição a Paulo Freire também precisa ser compreendida dentro de um processo mais amplo de reorganização autoritária das instituições educacionais brasileiras. Como apontam Cunha e Góes (1991), após o golpe, universidades e órgãos responsáveis pela condução das políticas educacionais passaram a sofrer intervenções, afastamentos de professores e estudantes e substituições de dirigentes. A Universidade de Brasília, por exemplo, teve sua proposta original progressivamente descaracterizada, enquanto professores identificados com a defesa do ensino público e gratuito foram afastados de suas funções. Ao mesmo tempo, iniciativas como a Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), financiada com recursos do governo norte-americano, passaram a ocupar espaços anteriormente destinados a experiências como o Plano Nacional de Alfabetização e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Nesse processo, a própria concepção de alfabetização também sofreu alterações. A proposta desenvolvida por Freire, que associava a aprendizagem da leitura e da escrita à reflexão sobre as condições sociais e à formação da consciência crítica, perdeu espaço para iniciativas orientadas por uma perspectiva mais instrumental. Machado e Araújo (2026) observam que, durante a ditadura, a organização curricular foi modificada, com a substituição de disciplinas como História e Geografia por Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, além da retirada de componentes como Filosofia e Sociologia. Na Educação de Jovens e Adultos, a formação passou a ser fortemente relacionada à preparação para o trabalho, priorizando as necessidades do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, com início efetivo das atividades em 1970, representou outra orientação para as políticas de alfabetização. Diferentemente da perspectiva freireana, que valorizava a

participação e a conscientização dos educandos, a iniciativa assumiu uma abordagem predominantemente voltada à aprendizagem funcional da leitura e da escrita, afastando-se da dimensão crítica que caracterizava o trabalho do educador (Machado; Araújo, 2026).

Depois de deixar a prisão, Freire foi obrigado a afastar-se do Brasil e seguir para o exílio, situação que trouxe consequências importantes para sua vida pessoal, familiar e profissional. O golpe interrompeu sua atuação na universidade, nos círculos de cultura e no Programa Nacional de Alfabetização, além de afastá-lo do convívio com familiares, amigos e com a população brasileira. Pino (2021) destaca que o exílio representou uma ruptura significativa na trajetória do educador, que precisou reconstruir sua vida em diferentes países e estabelecer novas relações pessoais e profissionais. A distância de seu país, ao qual mantinha profunda ligação afetiva, não significou, entretanto, o abandono de seus compromissos com a educação popular.

Durante o período em que esteve fora do Brasil, Freire desenvolveu atividades em diferentes contextos internacionais. Conforme apresenta Shor (2018), uma de suas experiências importantes ocorreu no Chile, onde participou de iniciativas relacionadas à reforma agrária durante o governo de Eduardo Frei. Posteriormente, passou por um breve período na Universidade de Harvard e ingressou no Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. A partir dessa instituição, ampliou suas viagens, realizando palestras, consultorias e trabalhos em diferentes países, especialmente na Europa, na América do Norte e no continente africano. Essas experiências contribuíram para a divulgação de suas ideias e para o reconhecimento internacional de sua proposta pedagógica. Entretanto, como também observa Shor (2018), mesmo diante das

oportunidades encontradas no exterior, Freire continuava sentindo falta do Brasil e reconhecia que parte de sua produção intelectual poderia ter sido desenvolvida em seu próprio país, caso não tivesse sido afastado pelo regime militar.

A perseguição também não terminou com sua saída do território brasileiro. Segundo Sene (2025), durante os anos de ditadura, Paulo Freire permaneceu sob vigilância dos órgãos de segurança, especialmente do Serviço Nacional de Informações (SNI), que acompanhava suas atividades e movimentações no exterior. Seu nome passou a ser associado à subversão política, criando um ambiente de desconfiança em relação às suas ideias e dificultando a circulação de sua produção em determinados espaços acadêmicos e institucionais brasileiros. Assim, a repressão atingia não somente sua liberdade individual, mas também as possibilidades de divulgação e continuidade de seu pensamento no país. O educador, que defendia uma educação baseada no diálogo, na participação e na emancipação humana, passou a ser tratado como uma ameaça justamente por questionar estruturas sociais e políticas autoritárias.

Apesar dessas circunstâncias, o exílio acabou se tornando também um período de intensa produção intelectual e de ampliação do alcance de suas contribuições. Foi nesse contexto que Freire desenvolveu e fortaleceu reflexões que marcaram o pensamento educacional mundial, entre elas aquelas sistematizadas em *Pedagogia do oprimido*. Sua atuação em diferentes países demonstrou que suas ideias não estavam restritas à realidade brasileira, podendo dialogar com experiências de desigualdade, opressão e luta por direitos em diversas sociedades. Freire alcançou reconhecimento internacional e se tornou uma das principais referências na defesa da justiça social por meio da educação. Dessa

forma, embora o exílio tenha representado uma violência contra sua trajetória pessoal e profissional, não conseguiu impedir a continuidade de sua atuação como educador e intelectual (Shor, 2018).

O retorno ao Brasil ocorreu em 1979, após mais de quinze anos de afastamento, em um contexto de abertura política e de mudanças no cenário nacional. Esse retorno representou a possibilidade de recuperar parte dos vínculos interrompidos pelo golpe e de voltar a participar diretamente dos debates educacionais brasileiros. Pino (2021) destaca que a volta de Freire ao país foi marcada pelo significado de reencontrar sua terra e retomar o contato com a realidade da qual havia sido afastado. Sua experiência demonstra, portanto, uma contradição importante daquele período: enquanto o regime militar procurou interromper sua atuação e limitar a circulação de suas ideias, o exílio contribuiu para que seu pensamento alcançasse outros países e adquirisse reconhecimento internacional.

Desse modo, a trajetória de Paulo Freire evidencia que a repressão política durante a ditadura militar ultrapassou a prisão e o afastamento físico de um educador, atingindo também um projeto de educação que valorizava a participação popular, a reflexão crítica e a transformação das condições sociais. A interrupção do Plano Nacional de Alfabetização, o enfraquecimento das experiências de educação popular e as dificuldades impostas à circulação de seu pensamento revelam os impactos coletivos da perseguição. Ao mesmo tempo, sua atuação durante o exílio demonstra que, apesar das tentativas de silenciamento, suas ideias continuaram sendo desenvolvidas e difundidas.

4. ANÍSIO TEIXEIRA: PERSEGUIÇÃO POLÍTICA, AFASTAMENTO INSTITUCIONAL E AS CIRCUNSTÂNCIAS DE SUA MORTE

A trajetória de Anísio Teixeira foi marcada por uma atuação intelectual e política voltada à democratização da educação brasileira. Reconhecido por suas contribuições à organização do ensino público e à construção de uma escola acessível a diferentes grupos sociais, o educador defendia que a educação deveria ser compreendida como um direito de todos e uma responsabilidade do Estado. Sua concepção educacional estava associada à construção de uma sociedade mais democrática, na qual o acesso ao conhecimento possibilitasse o desenvolvimento das capacidades individuais e a participação dos cidadãos na vida social. Anísio foi um intelectual de grande importância para as reformas educacionais brasileiras, estabelecendo diálogos com o pensamento internacional e contribuindo para o desenvolvimento de propostas de renovação da escola pública (Paulilo, 2025).

Essa compreensão da educação como direito público também estava presente em seus escritos. Para Teixeira (1968), a escola deveria assegurar uma formação comum aos indivíduos, oferecendo condições para que cada um desenvolvesse suas aptidões e construísse diferentes caminhos ao longo da vida. Nessa perspectiva, a educação não poderia ser tratada como um privilégio de determinados grupos sociais, mas como um instrumento fundamental para ampliar as oportunidades e fortalecer a democracia. Suas ideias, portanto, confrontavam concepções que restringiam o acesso à escolarização e defendiam a manutenção de privilégios educacionais, tornando sua atuação motivo de resistência entre setores conservadores da sociedade brasileira.

As dificuldades enfrentadas por Anísio Teixeira em razão de suas posições políticas e educacionais não começaram com a ditadura militar de 1964. Ainda durante a década de 1930, sua atuação como secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e sua aproximação com intelectuais e movimentos políticos de orientação progressista despertaram a oposição de grupos conservadores. Entre suas principais iniciativas esteve a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), instituição que representava uma proposta inovadora de formação intelectual e organização do ensino superior. Entretanto, o projeto enfrentou resistência do ministro da Educação Gustavo Capanema e de representantes do pensamento católico conservador, que passaram a acusar Anísio de defender ideias consideradas incompatíveis com os interesses políticos e religiosos dominantes. Essas pressões contribuíram para seu afastamento dos cargos de secretário e reitor, levando-o a retornar à Bahia, onde permaneceu durante parte do Estado Novo, entre 1937 e 1945, afastado das principais atividades educacionais que desenvolvia anteriormente (Dias; Camargo; Almeida, 2021).

Embora esse primeiro período de perseguição tenha ocorrido em um contexto político diferente, ele ajuda a compreender a continuidade das resistências enfrentadas pelo educador ao longo de sua trajetória. Sua defesa da escola pública, laica e democrática incomodava setores que buscavam preservar a influência de instituições privadas e religiosas na organização do ensino brasileiro. Anos depois, mesmo com a retomada de sua atuação em instituições educacionais, Anísio voltou a enfrentar críticas e tentativas de afastamento. Durante sua gestão no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), por exemplo, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), responsável pelo desenvolvimento de pesquisas nas áreas da educação e das

ciências sociais, além de estabelecer centros regionais em diferentes capitais brasileiras. A iniciativa contribuiu para ampliar a produção de conhecimentos sobre a realidade educacional do país e fortalecer o planejamento das políticas públicas para o setor.

Entretanto, suas posições voltaram a provocar reações de grupos conservadores. Araújo (2021) relata que, em 1958, representantes da Igreja Católica manifestaram oposição à sua permanência na direção do Inep, acusando-o de extremismo e solicitando ao presidente Juscelino Kubitschek sua exoneração. A resistência estava relacionada, entre outros aspectos, à preocupação com o fortalecimento da escola pública e à possibilidade de que sua expansão reduzisse a influência das instituições privadas confessionais. Apesar das pressões, Anísio permaneceu na função e deu continuidade às suas atividades, reafirmando seu compromisso com a democratização do ensino.

Outra contribuição importante de Anísio Teixeira ocorreu na criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, projeto desenvolvido em colaboração com Darcy Ribeiro. A instituição foi concebida com uma proposta inovadora de organização universitária, voltada à integração entre ensino, pesquisa e produção de conhecimento. Anísio assumiu a reitoria da universidade em 1963, dando continuidade ao trabalho de construção de um modelo de ensino superior que valorizava a autonomia intelectual e a formação acadêmica. Sua atuação, contudo, foi novamente interrompida com o golpe civil-militar de 1964. O educador foi compulsoriamente afastado da reitoria e deixou o país pouco depois, em decorrência do ambiente de perseguição política estabelecido pelo novo regime (Araújo, 2021).

A destituição de Anísio Teixeira da Universidade de Brasília representou não apenas a perda de um cargo institucional, mas também uma intervenção direta em um projeto educacional que defendia maior autonomia para a universidade brasileira. A própria UnB passou por um processo de intervenção e descaracterização de sua proposta original, acompanhando o movimento de controle das instituições de ensino promovido pelos militares. Nesse sentido, o afastamento do educador precisa ser compreendido dentro de uma política mais ampla de repressão aos intelectuais e profissionais que defendiam propostas consideradas incompatíveis com as orientações do regime. A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (UNB, 2016) destaca que, após o golpe, Anísio passou a ser identificado pelos órgãos de repressão como um intelectual de orientação comunista e uma possível influência negativa sobre estudantes e professores. Essa classificação demonstra como suas ideias e sua atuação passaram a ser interpretadas sob uma perspectiva de suspeição política.

A documentação localizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade também revela que o educador foi submetido ao monitoramento de diferentes órgãos de segurança. Sua condição de intelectual ligado a projetos educacionais considerados progressistas contribuiu para que fosse tratado como uma pessoa indesejada pelo regime. A vigilância não estava relacionada apenas à sua participação em atividades políticas, mas também ao reconhecimento de sua influência no meio acadêmico e educacional. Dessa forma, mesmo afastado da reitoria, Anísio continuou sendo alvo de atenção dos órgãos de repressão, o que evidencia que a perseguição política não se restringia à retirada de funções públicas, alcançando também a liberdade de atuação e a segurança pessoal dos intelectuais (UNB, 2016).

Os últimos anos de sua vida foram marcados por esse contexto de restrições e incertezas. Apesar das dificuldades, Anísio continuou desenvolvendo atividades intelectuais e mantendo sua participação em espaços de produção do conhecimento. Em 1963, esteve novamente na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde ministrou conferências como professor convidado e recebeu uma homenagem do *Teachers College*, em reconhecimento à sua contribuição para a educação. Posteriormente, publicou, em 1969, os livros *Educação no Brasil* e *Educação no mundo moderno*, mantendo sua produção intelectual mesmo diante das limitações impostas pelo contexto político brasileiro (Alvim, 2021). Essas experiências demonstram que, embora tenha sido afastado de importantes instituições nacionais, o educador continuou contribuindo para o debate educacional e preservando sua atuação intelectual.

Entretanto, as circunstâncias de sua morte, ocorrida em março de 1971, acrescentaram um aspecto ainda mais complexo à sua trajetória durante a ditadura. No dia 11 daquele mês, Anísio saiu de seu local de trabalho para visitar o amigo Aurélio Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro, com quem pretendia conversar sobre sua indicação para a Academia Brasileira de Letras. Como não retornou para casa, sua família iniciou buscas e, dois dias depois, recebeu a informação de que seu corpo havia sido encontrado no fosso do elevador do edifício onde o amigo residia. A versão oficial apresentada pelas autoridades apontou a ocorrência de um acidente, atribuindo sua morte à queda no poço do elevador. Contudo, desde aquele momento, familiares e pessoas próximas questionaram as circunstâncias do ocorrido, levantando dúvidas sobre a explicação apresentada (UNB, 2016; Alvim, 2021).

As suspeitas ganharam maior dimensão a partir de informações reunidas por familiares, pesquisadores e pessoas que acompanharam os acontecimentos. Conforme registra o relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB (2016), um dossiê elaborado por João Augusto de Lima Rocha, Carlos Antônio Ferreira Teixeira e Haroldo Borges Rodrigues Lima reuniu documentos, depoimentos e notícias da época que apontavam possíveis irregularidades na apuração da morte. Entre os aspectos questionados estavam as circunstâncias em que o corpo foi encontrado, a identificação inicial equivocada no Instituto Médico Legal e os relatos de pessoas que afirmavam ter recebido informações de que Anísio poderia estar detido em instalações militares para averiguações. Também foram mencionadas possíveis lesões no corpo que, segundo testemunhas presentes à necropsia, não seriam compatíveis com a explicação de uma simples queda.

Outro elemento que contribuiu para as dúvidas foi a ausência de esclarecimentos satisfatórios sobre os procedimentos adotados pelas autoridades. Familiares e pessoas próximas demonstraram insatisfação com a condução das investigações, especialmente pela resistência inicial em considerar a possibilidade de um crime de natureza política. O relatório da comissão também registra que determinados objetos e documentos pessoais de Anísio não foram localizados após sua morte, circunstância que aumentou as interrogações sobre o ocorrido. Embora esses elementos não permitam, isoladamente, estabelecer uma conclusão definitiva, eles demonstram que a versão oficial não foi suficiente para afastar as suspeitas levantadas desde aquele período (UNB, 2016).

Segundo o relatório da comissão, foram consultados registros do Instituto Médico Legal e de outros órgãos responsáveis pelos

procedimentos periciais. As investigações identificaram informações que justificavam a continuidade das apurações, inclusive diante das dúvidas sobre os exames realizados e da impossibilidade de recuperar determinados documentos. Por essa razão, foi solicitada a exumação dos restos mortais do educador, com a finalidade de verificar possíveis lesões relacionadas às circunstâncias de sua morte. No entanto, as investigações não conseguiram estabelecer conclusivamente se a morte ocorreu em decorrência de um acidente ou de uma ação direta dos órgãos de repressão (UNB, 2016).

Diante dessas informações, é importante tratar a morte de Anísio Teixeira com o devido cuidado histórico. Embora existam indícios e relatos que sustentam a suspeita de assassinato político, não foi possível comprovar definitivamente que sua morte tenha resultado de uma ação direta da ditadura. O que a documentação permite afirmar é que o educador estava sob monitoramento dos órgãos de segurança, era considerado uma influência indesejada pelo regime e morreu em circunstâncias que permaneceram cercadas de questionamentos. A ausência de uma conclusão definitiva não diminui a importância de investigar o caso, sobretudo porque a memória das vítimas da repressão também depende do reconhecimento das dúvidas, das lacunas documentais e das dificuldades enfrentadas por aqueles que buscaram esclarecer os acontecimentos.

5. DARCY RIBEIRO: PERSEGUIÇÃO POLÍTICA, EXÍLIO E RESISTÊNCIA INTELECTUAL

A trajetória de Darcy Ribeiro durante a ditadura civil-militar brasileira evidencia como a repressão política atingiu intelectuais que

mantinham uma participação ativa nos debates e nas decisões sobre os rumos do país. Antropólogo, escritor e político, Darcy destacou-se, especialmente na década de 1960, pelo envolvimento direto com o projeto político do governo de João Goulart. Sua atuação como intelectual e homem público estava associada à defesa de transformações sociais e educacionais, o que o colocou entre os alvos da perseguição desencadeada após o golpe de 1964. Como consequência, viveu aproximadamente 12 anos de exílio, experiência que marcou profundamente sua trajetória pessoal, política e intelectual (Oliveira, 2021).

Com a deposição de João Goulart, em 1964, Darcy Ribeiro deixou o Brasil e se estabeleceu inicialmente no Uruguai, onde foi contratado como professor de Antropologia da Universidade da República, em Montevidéu. Apesar do afastamento forçado do país, não abandonou suas preocupações políticas. Manteve contato com Goulart, Leonel Brizola e outros exilados, participando de encontros e discussões sobre a situação brasileira e as possibilidades de retomada da democracia. Também estabeleceu relações com lideranças políticas latino-americanas, como Salvador Allende, Fidel Castro e Che Guevara, demonstrando que o exílio não significou seu afastamento das questões políticas que mobilizavam o continente (Cardoso Júnior, 2012).

O período vivido no Uruguai também foi marcado por intensa produção intelectual. Conforme Oliveira (2021), Darcy Ribeiro encontrou no afastamento da cena política brasileira condições para aprofundar suas reflexões sobre a formação histórica e social do Brasil. Foi nesse contexto que desenvolveu parte significativa dos estudos posteriormente reunidos na coleção *Estudos de antropologia da civilização*, cujo primeiro volume, *O processo*

civilizatório, foi publicado em 1968. O próprio autor reconheceu, em suas memórias, que o exílio havia proporcionado um período especialmente produtivo, durante o qual elaborou os fundamentos de uma interpretação mais ampla da realidade brasileira (Ribeiro, 1997 *apud* Oliveira, 2021).

Entretanto, o afastamento imposto pela ditadura não representou uma experiência livre de tensões. Em 1968, após receber autorização para retornar ao Brasil, Darcy Ribeiro voltou ao Rio de Janeiro, motivado pelas notícias sobre as manifestações de resistência ao regime, entre elas a Marcha dos Cem Mil. Sua presença no país foi acompanhada de vigilância e ameaças de prisão. Segundo Oliveira (2021), o antropólogo concedeu entrevistas à imprensa e passou a manifestar publicamente suas posições, mesmo diante dos riscos que essa exposição representava. Sua prisão chegou a ser tentada anteriormente, mas foi impedida pelo Supremo Tribunal Federal. A situação se agravou com a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, sendo efetivada sua prisão no dia seguinte.

A experiência do cárcere e do exílio aprofundou as marcas da repressão em sua trajetória. No prólogo de *O dilema da América Latina*, Darcy Ribeiro reconheceu que os meses em que permaneceu preso, em 1968, constituíram uma das experiências que contribuíram para a elaboração da obra (Ribeiro, 1978 *apud* Oliveira, 2021). Após esse episódio, deixou novamente o Brasil e passou pela Venezuela, onde atuou como professor da Universidade Central, seguindo posteriormente para o Chile, a convite de Salvador Allende, para trabalhar como seu assessor. Em 1972, transferiu-se para o Peru, a convite do presidente Juan Velasco Alvarado, a fim de colaborar com o processo de transformação social em curso naquele país (Cardoso Júnior, 2012).

Nesse percurso, o exílio assumiu um significado que ultrapassou a condição de afastamento territorial. Coelho (2002) observa que, embora tenha sido resultado da perseguição política e da impossibilidade de permanecer em seu próprio país, a experiência também se tornou espaço de trabalho, produção intelectual e aproximação com diferentes culturas latino-americanas. No caso de Darcy Ribeiro, o período vivido no exterior favoreceu a construção de vínculos com intelectuais de outros países e fortaleceu sua compreensão sobre os problemas históricos e sociais da América Latina. Assim, mesmo submetido às limitações impostas pela condição de exilado, manteve uma postura crítica diante do autoritarismo e continuou desenvolvendo atividades intelectuais e políticas.

Essa relação entre experiência pessoal, pensamento e ação política é uma característica importante para compreender sua trajetória. Conforme Mattos (2023), Darcy Ribeiro não se colocava apenas como observador dos problemas sociais que analisava, mas como alguém diretamente envolvido com a realidade que pretendia transformar. Para ele, o trabalho intelectual não deveria permanecer restrito à elaboração teórica, mas assumir também um compromisso com as questões concretas da sociedade. Essa postura ajuda a compreender por que, mesmo diante da perseguição e do afastamento compulsório do Brasil, continuou participando dos debates políticos e produzindo reflexões sobre a realidade nacional e latino-americana.

Com o retorno definitivo ao Brasil, em 1976, Darcy Ribeiro retomou gradualmente suas atividades intelectuais e políticas. Após a anistia, em 1979, foi reintegrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e, na década seguinte, aproximou-se de Leonel Brizola, participando

da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Posteriormente, como vice-governador e secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro, envolveu-se em iniciativas importantes para a educação e a cultura, entre as quais se destacaram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concebidos a partir de uma proposta de educação integral (Fundação Darcy Ribeiro, 2011).

A trajetória de Darcy Ribeiro demonstra, portanto, que a perseguição política durante a ditadura não se limitou à prisão e à retirada de direitos, mas também procurou interromper projetos e afastar do país sujeitos que participavam ativamente da vida pública. Entretanto, seu percurso revela igualmente formas de resistência construídas por meio da produção intelectual, da articulação política e do compromisso com as transformações sociais. O exílio, embora imposto pela repressão, não significou o silenciamento de suas ideias, ao contrário, tornou-se parte de uma experiência que contribuiu para ampliar suas reflexões e fortalecer sua atuação em defesa de um projeto de sociedade mais democrático.

6. MARIA NILDE MASCELLANI: REPRESSÃO AOS PROJETOS EDUCACIONAIS E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

A trajetória de Maria Nilde Mascellani representa mais um importante exemplo da perseguição sofrida por educadores durante a ditadura civil-militar brasileira. Pedagoga e defensora de propostas educacionais inovadoras, sua atuação esteve diretamente relacionada às experiências de renovação do ensino público paulista, especialmente à criação e à coordenação dos Ginásios Vocacionais. Essas instituições surgiram em um contexto de intensas discussões sobre a necessidade de transformar a educação brasileira, buscando desenvolver práticas pedagógicas que valorizassem a participação

dos estudantes e a compreensão crítica da realidade social. Entretanto, propostas dessa natureza passaram a ser vistas com desconfiança pelos setores conservadores, sobretudo após o golpe de 1964 (Mendonça, 2014).

A atuação de Maria Nilde ganhou destaque inicialmente por meio das Classes Experimentais, regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 35.069, de 1959, nas quais exerceu a função de orientadora pedagógica. Posteriormente, participou da organização dos Ginásios Vocacionais, experiência educacional desenvolvida entre 1961 e 1969, que chegou a contar com seis unidades em diferentes municípios paulistas. Inspirados em princípios da Escola Nova, esses estabelecimentos propunham uma organização pedagógica diferenciada, baseada na participação dos estudantes, na integração entre conhecimentos escolares e realidade social e na formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre o contexto em que viviam (Mendonça, 2014; Balbino; Venâncio, 2022).

Entretanto, o caráter inovador dessa proposta passou a provocar resistências políticas e institucionais. Segundo Balbino e Venâncio (2022), os Ginásios Vocacionais enfrentaram pressões dentro da própria Secretaria Estadual de Educação, incluindo tentativas de interferência nas contratações de profissionais e nos critérios de matrícula. A recusa de Maria Nilde em atender a determinadas solicitações de favorecimento político contribuiu para seu afastamento temporário da coordenação do serviço, situação que provocou manifestações de pais, estudantes e integrantes das comunidades escolares. Esse episódio evidencia que as dificuldades enfrentadas pela educadora antecederam a repressão mais intensa promovida pelos órgãos de segurança, revelando também os

conflitos entre sua postura profissional e os interesses políticos que procuravam interferir no funcionamento das instituições.

Com o endurecimento do regime, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, a vigilância sobre os Ginásios Vocacionais tornou-se mais intensa. A experiência passou a ser acompanhada por órgãos militares e policiais, que interpretavam determinadas práticas pedagógicas como manifestações de subversão. Oliveira (2023) destaca que, em 1970, o II Exército instaurou um Inquérito Policial Militar para investigar possíveis irregularidades e atividades consideradas subversivas na Secretaria Estadual de Educação. No relatório produzido ao final da investigação, os Ginásios Vocacionais foram classificados como uma experiência de orientação subversiva. Entre os argumentos apresentados estavam a realização de estudos em comunidades pobres, a utilização da autoavaliação e o estímulo ao desenvolvimento de estudantes críticos, capazes de questionar a organização social e os interesses políticos estabelecidos. Dessa maneira, práticas que integravam uma proposta de renovação pedagógica foram utilizadas como justificativas para a perseguição de educadores e a desarticulação do projeto.

Em junho de 1969, por determinação do Comando do II Exército, Maria Nilde foi novamente afastada de suas funções. Posteriormente, em novembro de 1970, teve sua aposentadoria decretada compulsoriamente, interrompendo sua atuação na rede pública de ensino. A medida representou não apenas um prejuízo à sua carreira profissional, mas também uma tentativa de silenciar uma educadora cuja proposta pedagógica contrariava os princípios autoritários do regime. Os Ginásios Vocacionais, por sua vez, tiveram suas atividades encerradas, após um processo de vigilância,

intervenções e investigações conduzidas pelos órgãos de repressão (Balbino; Venâncio, 2022; Oliveira, 2023).

Mesmo diante dessas restrições, Maria Nilde não abandonou o trabalho educacional. Em abril de 1970, fundou a empresa Relações Educacionais e do Trabalho (RENOV), por meio da qual continuou desenvolvendo atividades de assessoria pedagógica, formação de educadores, pesquisas e projetos de educação comunitária. O escritório também possibilitou a continuidade de iniciativas voltadas à formação de jovens e trabalhadores, reunindo profissionais que, em sua maioria, possuíam vínculos anteriores com os Ginásios Vocacionais (Oliveira, 2023). Essa iniciativa demonstra que a aposentadoria compulsória e o encerramento da experiência vocacional não foram suficientes para interromper sua atuação como educadora.

A perseguição, contudo, prosseguiu. Em 18 de janeiro de 1974, policiais militares invadiram a sede da RENOV e prenderam Maria Nilde e outros integrantes da equipe. Sua residência também foi revistada, e documentos encontrados durante a operação foram utilizados para alimentar as suspeitas dos órgãos de segurança. Conforme Balbino e Venâncio (2022), a educadora permaneceu presa e foi submetida a sucessivos interrogatórios e torturas psicológicas nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). Oliveira (2023), ao recuperar o relato produzido pela própria Maria Nilde em abril daquele ano, apresenta as condições degradantes de sua prisão, o isolamento em uma cela e as agressões sofridas durante os interrogatórios. A documentação revela, portanto, que a repressão não se limitou à interrupção de suas atividades profissionais, alcançando também sua liberdade e integridade física e psicológica.

As acusações contra Maria Nilde estavam relacionadas, entre outros aspectos, à elaboração de um trabalho de Educação Moral e Cívica encomendado pelo Conselho Mundial de Igrejas, considerado supostamente subversivo pelos agentes da repressão. Sua aproximação com integrantes da ala progressista da Igreja Católica, especialmente Dom Paulo Evaristo Arns, também foi utilizada para associá-la a atividades consideradas contrárias ao governo. A vigilância sobre suas manifestações públicas continuou mesmo após a prisão, como demonstra um relatório produzido pela Polícia Federal em 1976, que registrou críticas feitas pela educadora ao modelo de ensino vigente e às autoridades governamentais. Em 6 de junho de 1977, entretanto, Maria Nilde foi absolvida pelo Conselho de Justiça Militar das acusações de subversão (Balbino; Venâncio, 2022).

A experiência de Maria Nilde Mascellani demonstra que a ditadura também procurou controlar a educação por meio da perseguição a profissionais que defendiam práticas pedagógicas fundamentadas na participação, no pensamento crítico e na transformação social. Seu caso evidencia que o autoritarismo não se restringiu à censura de ideias ou ao afastamento de determinados intelectuais, mas atingiu diretamente projetos educacionais que poderiam contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos. Mesmo diante da prisão, da tortura, da aposentadoria compulsória e da extinção dos Ginásios Vocacionais, Maria Nilde encontrou formas de continuar seu trabalho. Sua trajetória constitui, assim, um exemplo de resistência intelectual e profissional, revelando os esforços de uma educadora que, apesar das imposições do regime, permaneceu comprometida com uma educação voltada à formação humana e à transformação da realidade social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Maria Nilde Mascellani permitiu compreender como a ditadura militar brasileira atingiu diretamente educadores que defendiam propostas comprometidas com a democratização do ensino, a formação crítica e a transformação social. Embora tenham desenvolvido experiências e projetos distintos, os quatro tiveram suas vidas e atividades profissionais afetadas pela repressão política. Prisões, exílio, afastamentos compulsórios, vigilância e interrupção de iniciativas educacionais demonstram que o regime não se limitou a combater seus opositores políticos, mas também procurou controlar o pensamento e as práticas desenvolvidas no campo da educação.

As experiências analisadas revelam diferentes consequências desse processo. Paulo Freire teve seu trabalho com a alfabetização popular interrompido, foi preso e precisou deixar o país, embora tenha ampliado internacionalmente suas contribuições durante o exílio. Anísio Teixeira foi afastado da Universidade de Brasília, permaneceu sob vigilância dos órgãos de repressão e teve sua morte cercada de circunstâncias que ainda levantam questionamentos históricos. Darcy Ribeiro enfrentou a prisão e aproximadamente doze anos de exílio, período em que continuou produzindo intelectualmente e participando dos debates políticos latino-americanos. Maria Nilde Mascellani, por sua vez, sofreu perseguições que resultaram no encerramento dos Ginásios Vocacionais, em sua aposentadoria compulsória, prisão e tortura. Apesar das diferenças entre essas experiências, observa-se que a repressão atingiu tanto os indivíduos quanto os projetos educacionais que representavam.

Dessa forma, a ditadura militar produziu consequências que ultrapassaram o período de afastamento desses educadores, comprometendo experiências pedagógicas, instituições e possibilidades de construção de uma educação mais democrática no Brasil. Ao mesmo tempo, suas trajetórias demonstram que a repressão não conseguiu eliminar suas contribuições intelectuais, uma vez que suas ideias continuaram circulando e influenciando o pensamento educacional. Recuperar essas histórias significa reconhecer os impactos do autoritarismo sobre a educação brasileira e reforçar a importância da liberdade de pensamento, da autonomia docente e da valorização de práticas educativas comprometidas com a participação social. Nesse sentido, conhecer a perseguição sofrida por esses educadores também representa uma forma de preservar a memória histórica e reafirmar a educação como um direito fundamental e um instrumento de fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, F. A educação do *homo faber*: pragmatismo, pedagogia e democracia em Anísio Teixeira. *In*: SILVA, E.; BARRETO, S. P. (org.). **Anísio, Anísios Teixeira:** um educador no Museu do Homem do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2021. p. 161-188. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca/editoramassangana/livros-pdf/anisio-anisios-teixeira.pdf.

ARAÚJO, R. de C. Anísio Teixeira, Gilberto Freyre e a memória institucional da Fundação Joaquim Nabuco. *In*: SILVA, E.; BARRETO, S. P. (org.). **Anísio, Anísios Teixeira:** um educador no Museu do Homem do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora

Massangana, 2021. p. 37-66. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca/editoramassangana/livros-pdf/anisio-anisios-teixeira.pdf.

BALBINO, G. M. S.; VENANCIO, R. P. Arquivo da ditadura: fonte para o estudo da condição feminina. Maria Nilde Mascellani no Fundo SNI. **Inf. Inf.,** Londrina, v. 27, n. 4, p. 303-328, out./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.5433/2317-4390.2022v27n4p303.

CARDOSO JÚNIOR, E. de F. A trajetória de Darcy Ribeiro: poder e culturas políticas de esquerda no Brasil e na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MG, 18., 2012, Mariana. **Anais...** Mariana: ANPUH-MG, 2012. Disponível em: https://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/24/1340731657_ARQUIVO_CARDOSOJR.D.RIBEIRO_TEXTO_AnpuhMG2012.pdf.

COELHO, H. R. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura,** v. 9, p. 211–225, 2002. DOI: https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.211-225.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Ed. Tavares e Tristão LTDA, 1991.

DAL RI, N. M. O golpe militar e a educação: o impacto da legislação e das políticas da ditadura no ensino superior, continuidades e rupturas. *In*: VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade**

brasileira (1964-2014). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 59-81. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p59-81.

DIAS, K. G.; CAMARGO, K. G. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. Uma ideia destemida ou um sonho a ser construído? Anísio Teixeira e o projeto de educação brasileira. **Série-Estudos,** Campo Grande, v. 26, n. 56, p. 307–324, 2021. DOI: http://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i56.1420.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História,** v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Inventários dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2011. Disponível em: https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/07/acervo.pdf.

GOMES, M. A. O.; SOUZA, M. M.; PITA, C. A.; ZANELATO, I. A. Educação e a ditadura civil militar: as reformas educacionais e a teoria do capital humano (1964-85). **Revista Eletrônica de Educação,** v.14,1-19, e4424147, jan./dez. 2020. DOI: http://doi.org/10.14244/198271994424.

MACHADO, J. R. de; ARAÚJO, J. C. S. A educação brasileira no período da ditadura civil-militar. **Em Tese,** Florianópolis, v. 23, p. 01-30, 2026. DOI: https://doi.org/10.5007/1806-5023.2026.e109493.

MATTOS, A. B. de. Intelectuais, Estado e experiência política: a trajetória de Darcy Ribeiro. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991),** São Paulo, v. 32, n. 1, p. e212028, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe212028.

MENDONÇA, S. G. D. L. Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais história nova e ginásios vocacionais. *In*: VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014).** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.41-58. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p41-58.

OLIVEIRA, L. B. de. **Renovadora e perseguida:** Maria Nilde Mascellani – a trajetória profissional e intelectual de uma educadora paulistana (1931-1999). 2023. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2023. Disponível em: https://www.bibliotecaamplamente.com/_files/ugd/b9c3ab_9c8b1eada66b4da497cc9773b0023795.pdf?index=true.

OLIVEIRA, N. R. de. Teatro da memória: os anos 1960 nas narrativas de Darcy Ribeiro. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.,** Campinas, v. 29, p. 1-31, 2021. DOI: https://doi.org/10.20396/resgate.v29i00.8666045.

PAULILO, A. L. Anísio Teixeira biografado: cânone biográfico e história da educação. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 45, n. 100, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-93472025v45n100-03.

PINO, I. R. Paulo Freire, andarilho do mundo, de regresso ao seu povo, de volta ao seu país!. **Educação & Sociedade,** v. 42, p. e254877, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.254877.

PRIORI, A., *et al*. **História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf.

SENE, V. F. de. **A ditadura militar brasileira (1964-1985), na vigilância do exílio de Paulo Freire:** uma construção do educador subversivo. 2025. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2025. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-18032025-080647/publico/VINICIUS_FRANCA_DE_SENE_rev.pdf.

SHOR, I. Um presente não intencional do Brasil para o mundo: A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, cinquenta anos depois. **Revista e-Curriculum,** São Paulo, v. 16, n. 4, p. 1341–1348, out. /dez., 2018. Disponível em: http://doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i4p1341-1348.

SILVA, D. C. da; VALDEZ, D. História da educação na ditadura militar (1964-1985): o projeto do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). **Revista Temas em Educação,** João Pessoa, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.70702.

TEIXEIRA, A. **Educação é um direito.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília.** Brasília: FAC-UnB, 2016. Disponível em: https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf.

VIANA FILHO, L. **Anísio Teixeira:** a polêmica da educação. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

[1] Graduanda em Direito. Universidade Estácio. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[2] Mestrando em Ciências da Educação e Ética Cristã. Ivy Enber Christian University. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[3] Especialista em Educação e Tecnologias Digitais. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IF-TO). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[4] Mestrando em Ensino de Biologia (PROFBIO). Universidade Federal de Juiz de Fora *campus* Governador Valadares (UFJF-GV). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[5] Especialista em Gestão Escolar, Supervisão e Coordenação Pedagógica. Faculdade de Tecnologia de Palmas. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[6] Mestranda em Ciências da Educação. World University Ecumenical. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[7] Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de Matemática. Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[8] Graduada em Enfermagem. Faculdade Princesa do Oeste (FPO). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.